

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Humanas

Curso de Pedagogia

Juliana Gomes Ferreira

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

Rio de Janeiro

2008

JULIANA GOMES FERREIRA

RELEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como pré-requisito para a obtenção do
grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora:

Profª. Drª. Ângela Maria Martins

Rio de Janeiro

2008

JULIANA GOMES FERREIRA

RELEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal do Rio
de Janeiro como pré-requisito para a obtenção
do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em ____/____/____.

Banca Examinadora

Ângela Maria Souza Martins

UNIRIO

Janaina Specht da Silva Menezes

UNIRIO

Maria Helena Viana Souza

UNIRIO

Dedico esta monografia a meu Deus, meu tudo.

E aos meninos e meninas em situação de rua.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, que sempre esteve ao meu lado. Aquele que me ajudou a ingressar na universidade, e me ajudou a ir até o fim. A minha Mãe Maria, Nossa Senhora, que intercedeu por mim durante toda a minha vida, e neste momento de modo carinhoso.

A minha família. Aos meus pais e minha irmã, que me apoiaram em todos os momentos. Meus pais, Dayse e Julio, que desde criança me guiaram nos estudos, e a quem eu devo minha chegada até aqui. Minha irmã, Luciana, que me ajudou em todos os momentos. Aos meus familiares, tios e tias, avós, primos e primas pelo seu apoio. E a Ana Carolina, minha prima, pela sua ajuda.

Ao Valter, meu companheiro, amigo, pelo seu apoio neste e em todos os momentos juntos.

Aos participantes da Comunidade Católica Bom Samaritano, que Deus os colocou na minha vida, ao Orlando. Aos meus amigos de caminhada, Roberta, Marcus, Daniel, Rafael, e todos, que neste e tantos momentos foram partilhados e estiveram orando para que eu pudesse ter terminado este projeto e sonho.

A minha professora orientadora, Ângela, que me ajudou, sempre se colocando solícita durante todo o curso, e me ajudou na escrita dessa monografia. E a todos os professores, que me fizeram ter um novo olhar sobre educação e tantas outras coisas.

A ONG “Se essa rua fosse minha”, por sua ajuda, sua disponibilidade, por terem me recebido de portas abertas, terem tornado essa monografia possível. A ONG São Martinho pela ajuda. Ao Fábio, por me proporcionar o encontro com os meninos, e a todos os educadores tão disponíveis, que abriram o seu espaço de trabalho e tanto me ajudaram.

Aos meninos e meninas em situação de rua. Pelo encontro especial e maravilhoso com cada um deles, pelas conversas, pelo carinho. Por me abrirem os olhos a cada dia, e por serem a razão por essa monografia ter acontecido.

A todos os meus amigos. As minhas amigas que conheci na faculdade, Fernanda, Paola, Camila, Paula, Roberta, Marina e Carolina, elas que compartilharam seus conhecimentos e suas vidas comigo, me ajudando no meu crescimento. As que estudaram comigo durante o decorrer da minha vida escolar, e mesmo distantes fazem parte do que eu sou: Flávia, Thamara, Louise, Luana.

Daí a necessidade de uma educação corajosa, que
enfrentasse a discussão com o homem comum, de seu direito
àquela participação.

De uma educação que levasse o homem a uma nova
postura diante dos problemas de seu tempo e de seu espaço.

Paulo Freire

RESUMO

Esta monografia é uma pesquisa sobre a Educação Social de Rua ou Pedagogia Social de Rua. Ao verificarmos o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os direitos mundiais da criança, podemos ver que é direito de toda criança ter um lugar para morar e estudar, no entanto, em nosso país, não é cumprida essa lei, existindo crianças que não possuem um lugar seguro para morar e uma educação de boa qualidade. A partir desse pressuposto, pesquisamos a prática da Educação Social de Rua tendo como objetivos: analisar como surgiu e o que é a Educação Social de Rua; refletir sobre a(s) metodologia(s) encontrada(s) nessa concepção pedagógica e analisar uma experiência atual de Educação Social de Rua. A monografia trabalha com pesquisa bibliográfica e estudo de caso, por isso utilizaremos artigos, livros e textos da internet, priorizamos os textos de Walter Ferreira de Oliveira, e as contribuições de Paulo Freire. O estudo de caso foi realizado a partir da análise da prática educativa das ONGs “Se essa rua fosse minha” e “São Martinho”, que realizam, em parceria, ações com a educação popular e crianças que vivem na rua.

Palavras-chave: Educação Social de Rua, meninos em situação de rua, educador social de rua.

ABSTRACT

This monograph is a research about Street Social Education (also called Street Social Pedagogy). The *Estatuto da Criança e do Adolescente* – ECA [Children and Adolescents Act] and children's right around the world sets that every child has the right to have a place to live and study. However, in Brazil, this act is not put into practice, there being children who neither have a safe place to live nor good education. According to this, I have carried out a research about Street Social Education with the intention of: analysing how Street Social Education began and what it is; thinking over methodologies found in this pedagogical concept; and analysing a current experience of Street Social Education. This monograph works with bibliographical research and case study. Therefore, I will rely on articles, books and texts from the internet, focusing on the contributions of Walter Ferreira de Oliveira and Paulo Freire. The case study was carried out through the analysis of the educational practice of NGOs “Se essa rua fosse minha” [If only this street were mine] and “São Martinho” [Saint Martin]. These NGOs are partners that work with popular education and children who live on the streets.

Key words: Street Social Education, kids living on the streets, street social educator.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ANÁLISE HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL	15
3 OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA	19
3.1 Romantismo Politizado	21
3.2 Politização Secular	24
3.3 Profissionalização da ESR	26
4 A METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA	30
4.1 Educação em Meio Aberto	33
4.2 Pedagogia do Trabalho	34
4.3 Pedagogia da Presença	35
5 UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA	38
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

1 INTRODUÇÃO:

Ao me interessar em conhecer mais sobre crianças em situação de risco social, as crianças que viviam na rua eram as que mais me instigavam. Decidi, então, estudá-las.

É visível em nossa sociedade a inferioridade e o menosprezo por essas crianças, que nem ao menos são vistas como crianças, ou seja, seres humanos. Com isso, parto do pressuposto de que as crianças em situação de rua são marginalizadas e excluídas da sociedade, e frequentemente não são consideradas como gente, mas sim como parasitas.

Devemos saber que as crianças em situação de rua têm características diferentes das demais que se encaixam em um quadro de risco social. Estas recebem esta 'nomenclatura' por passarem uma grande parte do dia nas ruas, existindo dois tipos distintos propostos pelo UNICEF: "crianças na rua", que moram nas ruas, e "crianças de rua", que passam o dia nas ruas.

Essas crianças, no espaço da rua, fazem diferentes atividades. Praticam assaltos e pequenos furtos, usam drogas, trabalham em subempregos informais, ou fazem da rua 'extensão' da sua casa. Devemos considerar que essas crianças têm sua individualidade, subjetividade, histórias de vidas diferentes, desenvolvimentos diferenciados, e não são um 'bando de marginais e vagabundos' como a sociedade considera. Não podemos desconsiderar seu desenvolvimento, assim como qualquer outra criança, devemos olhar atentamente e levar em consideração suas particularidades.

Precisamos levar em conta seu desenvolvimento social, emocional e cognitivo, não deixando de considerar que seu ambiente de socialização é a rua, pois ao viver na rua esses meninos e meninas adquirem formas de raciocínio e habilidades diferentes das demais crianças.

Outro fato que devemos observar é o desenvolvimento emocional dessas crianças, que pode estar comprometido porque elas fogem de casa por diversos motivos: pais alcoólatras, espancamento e outros tipos de violência. Também é preocupante a manutenção das condições físicas e da saúde, elas têm uma alimentação incerta, dormem na rua, estão em contato com diversos tipos de doenças, sofrem acidentes e estão submetidos a diversos tipos de violência.

Verificamos, por meio de bibliografia sobre este tema, que a maioria sai de casa de modo permanente, devido ao relacionamento conturbado com pais, acusando-os de abuso, espancamento, violências de um modo em geral. Outros meninos passam o dia na rua, mas retornam para casa, utilizam o trabalho e o pedido de dinheiro para ajudar no sustento da família.

A Lei da Criança e do Adolescente (ECA), assim como os direitos mundiais da criança, garantem que é direito de toda criança ter um lugar para morar e estudar. Como podemos ver, em nossa cidade, em nosso país, não é cumprida essa lei, assim como tantas outras. Vemos crianças sem ter um lugar seguro para morar e sem uma educação de boa qualidade.

Decidi estudar este tema quando realizei um trabalho para uma disciplina do Curso de Pedagogia, busquei saber se existia alguma metodologia que fosse direcionada para as crianças que viviam na rua. Assim, comecei a ler artigos que estudassem práticas pedagógicas realizadas com crianças em situação de rua e suas relações com a sociedade. Encontrei a metodologia, Educação Social de Rua ou Pedagogia Social de Rua, que surgiu durante a época da ditadura militar, praticada por movimentos sociais e religiosos que se preocupavam com o bem-estar das crianças de rua. Dos estudos e troca de saberes de reuniões dos primeiros educadores de rua, germina um sistema pedagógico voltado para as crianças excluídas e para a ampliação dos direitos da cidadania.

Essa metodologia tem como primeiro e principal passo ajudar o educando a superar as dificuldades pessoais, a reconciliação consigo e com os outros, não tendo como foco ressocializar (expressão sem grande significado pedagógico), mas possibilitar uma socialização que permite uma vida mais digna e humanizada.

A metodologia da Educação/ Pedagogia Social de Rua deve ser estudada pelos pedagogos, já que esta não é uma metodologia pesquisada em nossas universidades, eu mesma não tive disciplina, seminário ou qualquer outra atividade dentro da UNIRIO que refletisse sobre esse tipo de pedagogia. Esse método facilita a educação e a socialização das crianças e jovens em situação de rua. Ao menosprezarmos essa metodologia, menosprezamos essas crianças, esses jovens, e nos colocamos do lado da maior parte da sociedade, que os vêem como marginais, ladrões, drogados e favelados.

Devemos ser pedagogos conscientes, críticos, e lutar para que essa “pedagogia” seja 'reconhecida' e passe a ser estudada regularmente nos cursos de Pedagogia.

A Educação/Pedagogia Social de Rua é uma metodologia direcionada a melhor 'educar' os alunos que se encontram em situação de rua, sendo uma maneira transformadora e atual de se pensar na educação para essas crianças, pois o educador deve ter um comprometimento político e social para poder aplicar esta práxis, a fim de correr os seus riscos.

Nosso trabalho é guiado pelos seguintes objetivos: a) analisar como surgiu e o que é a Educação Social de Rua; b) refletir sobre a(s) metodologia(s) encontrada(s) nessa concepção pedagógica; c) analisar uma experiência atual de Educação Social de Rua.

Prado e Cunha, em uma nota de rodapé, falam que para Thiollent metodologia é um modo de conduzir a pesquisa.

Neste sentido, a metodologia pode ser vista como conhecimento geral e habilidade que são necessárias ao pesquisador para se orientar no processo

de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados (THIOLLENT apud CUNHA; PRADO, 2007, p.30).

Como opção teórico-metodológica, nossa monografia trabalha com pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A partir de artigos, livros e textos da internet buscamos analisar quando e como surgiu a Educação/Pedagogia Social de Rua, assim como seus desdobramentos educacionais e político-sociais. O autor que focalizaremos primordialmente é Walter Ferreira de Oliveira, pois este estudou sistematicamente a Educação Social de Rua, também traremos as contribuições de Paulo Freire.

Para realizar o estudo de caso, analisaremos a prática educativa das ONGs “Se essa rua fosse minha” e “São Martinho”, que realizam, em parceria, ações com a educação popular e crianças que vivem na rua. A partir deste estudo de caso, faremos uma observação participativa com ações com os educadores e conversas e discussões com estes sobre as abordagens e as crianças e adolescentes.

Assim, iremos comparar as práticas pedagógicas destas ONGs e a teoria da Pedagogia Social de Rua, no intuito de compreender a atuação dos educadores e sua relação pedagógica com as crianças e jovens assistidos. E a partir desses dados poderemos compreender as contribuições e transformações alcançadas por esta metodologia e quais são os impasses e dificuldades vividas na relação entre Educadores de Rua e as crianças e adolescentes em situação de rua.

2 ANÁLISE HISTÓRICA DA ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL

Neste capítulo, falaremos da assistência as crianças pobres, abandonadas e delinquentes, incluindo entre estas as crianças que vivem na rua. Esta explicação é necessária para compreendermos o desenvolvimento de ações e políticas realizadas no Brasil com relação as crianças desvalidas e também conhecermos a amplitude das condições referentes à criança pobre na história de nosso país. Assim, falaremos das principais instituições, propostas e ações que caracterizam a assistência de crianças e adolescentes pobres, marginalizados num primeiro momento.

O primeiro registro de instituição que tenta “assistir” essas crianças era a Roda dos Expostos, nas Santas Casas de Misericórdia da Igreja Católica, estas instituições já existiam na Europa desde a Idade Média. A Roda constituía em uma abertura nos muros ou janelas dessa instituição em que de maneira anônima se depositava crianças não desejadas pelos pais. As crianças eram colocadas num compartimento que girava para dentro da Casa, com esta ação tocava uma sirene que avisava que havia sido depositada uma criança.

Foi utilizada por “pessoas pobres que não tinham recursos para criar seus filhos, por mulheres da elite que não podiam assumir um filho ilegítimo ou adúltero e, também, por senhores que abandonavam crianças escravas e alugavam suas mães como amas de leite” (LIMA; VENÂNCIO apud SILVA, [entre 2000 e 2008], p. 3)¹. E, assim, evitava infanticídios e abortos que eram realizados muitas vezes por mães que não desejavam seus filhos, no entanto nesta instituição as crianças não eram bem cuidadas, o que levava a morte muitas

¹ <http://www.antropologia.com.br/tribo/infancia/SUJEIT~1.pdf>

crianças. Esta era uma das principais formas de assistência a criança encontrada até final do século XIX.

A partir de 1822, começa-se a pensar na questão higiênica. O estudo na área da medicina, começa a se preocupar com os cuidados na infância. Esta preocupação se faz presente no Brasil, quando surgem as práticas higienistas em relação às crianças pobres, principalmente as que vivem nas ruas.

A questão sanitária se reflete na jurídica. E de acordo com Silva (apud Forjado, 1999) começa a “criação de diversas sociedades científicas que trabalhavam, principalmente, no controle de doenças epidêmicas e no ordenamento dos espaços públicos e coletivos, inclusive escolas, internatos e prisões” (FORJATO, 1999, p.3)², este aparato jurídico surge a partir da Lei do Ventre Livre, 1871 e a chegada de imigrantes europeus.

Então, em 1889, com a Proclamação da República, a questão da criança abandonada ganha visibilidade. Forjado nos fala que em 1900 “surgem críticas ao internamento de menores infratores na penitenciária do Estado e um projeto de lei que cria o Instituto Disciplinar, depois chamado Instituto Modelo de Menores e Colônia Correccional” (1999, p.4)³. Em 1909, se faz convênios com instituições particulares para estas assistirem aos menores.

Da década de 1920 até início da década de 1960, os atendimentos as crianças eram, principalmente, assistencialistas. Na década de 1920, “se inauguraram várias instituições para educação, repressão e assistência a crianças” (FORJADO, 1999, p. 4)⁴. Neste período, houve a aprovação do primeiro Código de Menores do Brasil e a desativação da Casa dos Expostos.

Nessa fase surgem várias políticas internacionais de defesa a criança como a Declaração dos Direitos da Criança. As crianças abandonadas e delinquentes eram vistas e

² <http://www.rolim.com.br/Sinara03.htm>

³ <http://www.rolim.com.br/Sinara03.htm>

⁴ <http://www.rolim.com.br/Sinara03.htm>

tratadas de maneira igual, sendo presas em instituições junto com adultos, a partir da Declaração dos Direitos da Criança passam a ser levadas para locais diferenciados. As crianças 'marginais' eram julgadas a princípio e condenadas a prisão a partir de 9 anos, depois a lei ampliou para 14 anos. Com o Código Penal de 1940, a responsabilidade penal passa para 18 anos e o "Estado passa, a partir daí, a assumir a responsabilidade legal pela tutela da criança órfã e abandonada" (SILVA, [entre 2000 e 2008], p. 7)⁵.

Até o início do século XX, a criança era tratada por instituições, abrigos, orfanatos pertencentes à Igreja, médicos e instituições filantrópicas. A partir de 1940, esta realidade muda, pois passam a ser assistidas pelo Serviço de Assistência aos Menores – SAM, criado em 1942.

O SAM se estruturou sob a forma de reformatórios e casas de correção para adolescentes infratores e de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos para menores carentes e abandonados. O SAM é reconhecido por muitos autores como a primeira política pública estruturada para a infância e adolescência no Brasil. Surgem, também, nesta época, diversas casas de atendimento sob as ordens da primeira dama, ou seja, diretamente ligadas ao poder central (FORJADO, 1999, p. 5).⁶

O Serviço de Assistência aos Menores era uma instituição de punição. E como o próprio nome diz se referia a criança como menores, tendo esta palavra um significado pejorativo

Menor não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos conforme mandava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral, e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas (RIZZINI apud SILVA, [entre 2000 e 2008], p.8).

⁵ <http://www.antropologia.com.br/tribo/infancia/SUJEIT~1.pdf>

⁶ <http://www.rolim.com.br/Sinara03.htm>

No entanto, como veremos no próximo capítulo, a partir da época da ditadura militar, alguns movimentos começam a pensar a criança abandonada de um modo mais humanizado. A partir de algumas políticas internacionais, como a Declaração dos Direitos da Criança, esse assunto passa a ser mais discutido e a questão da criança passa a ser vista de outra maneira. Com isso, as crianças passam a ser tratadas como crianças, indivíduos, e não mais como menores, marginais, pelo menos no campo jurídico e por alguns movimentos sociais.

Surgem propostas para melhorar o tratamento dado a essas crianças e neste contexto aparece a Educação Social de Rua que no próximo capítulo será vista.

3 OS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

Neste capítulo, discorreremos sobre a gênese da Educação Social de Rua, no contexto da sociedade brasileira, mostrando seus desdobramentos iniciais. As ações junto às crianças em situação de rua são historicamente caracterizadas pelo assistencialismo, pela repressão e pelas punições. Estes meninos, em sua maioria, eram encaminhados a instituições onde seriam ressocializados.

Como exemplo, temos os orfanatos, instituições de caráter assistencialista, onde se encontravam as crianças órfãs, abandonadas e, ditos, marginais (incluindo os meninos que moravam nas ruas). Os orfanatos eram, em sua maioria, vinculados à Igreja Católica, cuidavam do ensinamento moral e da preparação para o trabalho desses meninos e meninas.

A Educação Social de Rua surge, em nosso país, durante a ditadura militar (1964 - 1985), no seio de movimentos sociais. Durante este período o Brasil teve um crescimento econômico que foi caracterizado de “milagre brasileiro”. No entanto, este “milagre” resultou numa má distribuição de renda, de modo que os pobres tornaram-se mais pobres e os ricos mais ricos. Houve um aumento do trabalho infantil e o empobrecimento de parcela significativa da população, fatos que agravaram os problemas sociais.

O agravamento dos problemas sociais e o aumento das crianças que se encontram nas ruas, foram problemas que se tornaram uma grande preocupação e uma espécie de “poluição visual” para os ricos e a classe média. Tal situação mostrou a contradição das propostas de “modernização” do governo, o que trouxe desilusão e revolta à sociedade. A partir dessa situação, durante a ditadura militar, o governo implantou a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), uma instituição com o objetivo de cuidar do “menor” de maneira diferente da até então realizada.

Porém, os servidores eram os mesmos da antiga instituição (Serviço de Assistência aos Menores - SAM) e o governo não investiu e nem capacitou esses profissionais, a FUNABEM, que, de acordo com o planejado, seria uma renovação das instituições para “menores” acabou por reproduzir as práticas de assistência e punição do SAM.

No entanto, dentro deste sistema, havia pessoas que tinham pensamento contrário ao exercido nessas instituições. Estas passaram a se organizar e procurar a promoção de mudanças. Já neste momento esses grupos definem temas e autores, passam a estudar as pedagogias libertadoras, que têm como foco a busca de novas maneiras de se trabalhar com crianças e adolescentes carentes e infratores.

Assim, no final da década de 1970, surge a Educação Social de Rua, iniciada por um grupo de educadores e agentes pastorais, que através da leitura de Freire, a Pedagogia do Oprimido e a teoria da Teologia da Libertação, se dispõem a trabalhar de maneira política e sócio-pedagógica com as crianças em situação de rua. Organizações não-governamentais (ONGs) e a Pastoral do Menor, da Igreja Católica, começam esse trabalho, com um novo olhar sobre essas crianças, antes vistas como marginais e carentes.

Além de Paulo Freire e a Teologia da Libertação, os Educadores Sociais de Rua realizavam outras leituras, como a pedagogia de Celestine Freinet, Anton Makarenko e Emília Ferreiro. Baseavam-se, também, em métodos de pesquisa antropológica, etnográfica, fenomenológica, principalmente as obras de Erving Goffman e Michel Foucault.

A Educação Social de Rua apresentou três fases: “Romantismo Politizado”, “Politização Secular” e “Profissionalização da Educação Social de Rua” (OLIVEIRA, 2004), que veremos a seguir.

3.1 “Romantismo Politizado”

Chamamos fase “Romântica” ou “Pioneira” (OLIVEIRA, 2004), o período das primeiras ações na rua, que aconteceram na cidade de São Paulo entre 1979 e 1983. Dando início às práticas da ESR, pelos educadores de rua, também chamados nesta fase de “agentes pastorais”, porque a maioria participava da Pastoral do Menor e os demais participavam de outras igrejas ou entidades filantrópicas.

A Educação Social de Rua começou de um movimento da Igreja Católica baseado na Teologia da Libertação. Esta teoria acreditava que os pobres tinham um relacionamento mais próximo de Deus, como podemos perceber na fala de Boff, se referindo as pessoas que passam fome, são condenadas e oprimidas, diz que “Somente anunciando um Deus vivo e libertador, aliado dos pobres e excluídos”⁷ (BOFF, 2001, p. 1).

A opção pelos pobres é também uma premissa teológica fundamental que lança suas raízes nas origens da fé e da história do povo de Deus. Para os teólogos da libertação baseia-se na prática de Jesus histórico e de todo o movimento profético do Antigo Testamento. Os oprimidos foram o lugar teológico da mensagem de Jesus (PREISWERK, 1997, p. 215).

Ao ver Deus como aliado dos pobres e excluídos, tem-se uma visão de que chegar próximo a este oprimido seria como chegar mais próximo de Deus. Assim, essa visão seria a de que a solução é a “denúncia dos desvalores de nossa sociedade que despreza e mata a vida; e anúncio evangélico, o qual proclama que dos pobres e pequenos virá a novidade de Deus” (CINTRA apud OLIVEIRA, 2004, p. 97).

Assim, os Agentes de Pastoral, com o apoio da Igreja, começaram o trabalho nas ruas. Junto deles, também aliados a Igreja Católica, um grupo de jovens, estudantes ou

⁷ <http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>

graduados em antropologia, sociologia, psicologia e teologia participavam da Educação Social de Rua. As primeiras abordagens aconteciam na rua, especificamente na Praça da Sé, em São Paulo, e se expandiu para outros estados.

Nesta fase, a seleção para educadores baseava-se na vocação, assim quase todos que quisessem poderiam se tornar educadores de rua. Pois além da grande necessidade de novos educadores, pensavam que se deveria sentir o “chamado”, com isso, muitos que tinham vontade de trabalhar com esta metodologia se integravam ao grupo, não sendo necessário nenhum tipo de formação acadêmica. Esta seleção fundamentava-se, na afirmação de Freire em *Pedagogia do Oprimido*: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (p.78), com isso qualquer pessoa poderia aprender a educar, se estivesse disposto a ser um aprendiz crítico.

“Os educadores românticos – os agentes de Pastoral – foram os primeiros profissionais a trabalhar com crianças de rua, nas ruas, de forma institucionalizada e estruturada” (OLIVEIRA, 2004, p. 94). A partir dessa fase romântica se estabeleceu os parâmetros para a evolução da ESR, ela tornou-se referência entre as pedagogias sociais e populares, teve o apoio de instituições, principalmente da UNICEF.

A visão crítica da sociedade estava muito presente, tanto na Teologia da Libertação, como na teoria de Paulo Freire. A partir dessas concepções se consolida a Educação Social de Rua.

Nessa primeira fase, podemos ver o surgimento da importância da presença e disponibilidade dos educadores, que agiam com compromisso político e social, mas também cumpriam sua missão. “Os educadores viam-se como pedagogos e evangelizadores, libertadores políticos e receptáculos de bênçãos espirituais.” (OLIVEIRA, 2004, p. 99). A tarefa do educador social de rua é ser presente e disponível física, mental, intelectual,

existencial e espiritualmente para as crianças, denunciando à sociedade, conscientizando as próprias crianças e apontando caminhos para a resolução de problemas.

Com o apoio da UNICEF, junto com o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) implantou-se o Projeto “Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua”, neste projeto os educadores eram figuras visíveis e importantes social e intelectualmente. Ele foi formalizado, em 1982, pela UNICEF, que o financiava, a Secretaria de Assistência Social (SAS) e a FUNABEM.

O objetivo principal era criar ‘um livre trânsito de informações e de aprendizagem a partir das experiências de campo, com a finalidade de sintetizar idéias e princípios emergentes da experiência de pessoas que trabalham com meninos de rua em todo o país’ (UNICEF/MPAS, 1983 a). O plano incluía reuniões regionais e estágios, levantamentos, estudos de temas ligados ao problema, desenvolvimento de recursos humanos, assistência técnica e produção de materiais de informação para pessoas e organizações que se propusessem a trabalhar com meninos de rua e suas comunidades (OLIVIERA, 2004, p. 69).

O Projeto Alternativa de Atendimento aos Meninos de Rua era formado por cinco projetos-modelo selecionados pela UNICEF, nele 50 pessoas foram escolhidos como estagiários, entre estes os educadores “pioneiros” de São Paulo. Também havia os *semitágios* (junção de seminário e estágio), de grande importância na expansão e fortalecimento da ESR. Oliveira (2004) cita a fala de um educador a respeito dessa experiência:

Os estágios e *semitágios* trouxeram um furor, uma oportunidade de aprender, um clima total de excitações. A quantidade de informação, troca de documentos, livros, idéias, possibilidades [...] Nós sabíamos, antes, que havia, um problema enorme, porque o vivíamos todos os dias nas ruas, e sabíamos, na maior parte do tempo, que estávamos fazendo algo de bom sobre isso. Mas os *semitágios* nos fizeram ver a natureza global do problema, em todo o país. Eles nos deram esperança, porque podíamos ver resultados em projetos bem organizados, e isso nos deixou orgulhosos de nosso próprio trabalho, porque pessoas de outros Estados sabiam o que estávamos fazendo em São Paulo, na Praça da Sé, e respeitavam isso (p. 111).

O Projeto publicou material explicativo e livretos para a formação dos educadores, durante a fase posterior, começando em 1983. Em 1986, houve a criação de um volume, da série chamada Ponto de Encontro, dedicado a experiência de Paulo Freire com os educadores sociais de rua, com publicação também em inglês. Essas publicações, ao longo dos anos, foi ganhando dimensão internacional, divulgando a ESR como sistema pedagógico. Essa metodologia passa a ser utilizada em outros países, onde são valorizados e reconhecidos como conhecimento teórico e prático no campo da educação.

3.2 “Politização Secular”

A segunda fase da Educação Social de Rua, a “Politização Secular” (OLIVEIRA, 2004), tem um olhar mais politizado, deixando de lado a visão religiosa presente na primeira fase. O educador, não é mais chamado de agente pastoral, apesar de reconhecermos que a primeira fase já havia uma conscientização política, mas nesta fase atuação passa a ser secularizada, substituindo as interpretações teológicas pelo paradigma político. Os agentes pastorais passam a ser “militantes”, ativistas políticos.

Esta fase tem como seu principal representante o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, surgido em 1984 durante o Primeiro Seminário Latino-Americano de Alternativas Comunitárias para Crianças de Rua, que foi organizado pelo Projeto Alternativas de Atendimento aos Meninos de Rua. Neste seminário houve uma discussão sobre uma possível oficialização de um movimento que representasse a ESR, forma-se assim uma organização não-governamental, o Movimento. A partir da fala de um diretor pedagógico esta organização pode ser assim caracterizada:

O *Movimento* é essencialmente uma organização política comprometida com a defesa de direitos dentro da perspectiva de organizar os meninos de rua, com os objetivos de confrontar e protestar no espaço social, trazendo várias questões à tona ... ele não realiza serviços diretos ... quer ter um impacto em diversas populações, embora primordial seja ter um impacto nos jovens que estão nas ruas e naqueles que estão trabalhando nas ruas e voltam para casa: os lavadores de carros, vendedores das esquinas, engraxates, isto é, aqueles que sobrevivem das alternativas presentes nas ruas, no espaço público (OLIVEIRA, 2004, p. 112).

Os objetivos desta organização são:

- Fortalecer a prática libertadora que considere os meninos e as meninas de rua como agentes de sua própria história, promotores de uma nova sociedade justa, fraterna e participativa, em conjunto com todos os segmentos oprimidos que hoje lutam por uma libertação.
- Desenvolver uma consciência crítica que leve à mudança das estruturas injustas da sociedade [...]
- A partir da realidade do trabalho do mundo vivenciado por menores, criar uma consciência sobre as relações de trabalho, de modo que eles se tornem agentes de transformações. (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua apud OLIVEIRA, 2004, p. 113).

Suas missões básicas são:

1. Organizar as crianças, como a ação mais importante para ajuda-las nas ruas a tornarem-se independentes e senhoras de seus destinos.
2. Fortalecer o Movimento em nível nacional.
3. Solidificar seu centro de treinamento para preparar Educadores Sociais de Rua social e politicamente independentes e focados no trabalho com comunidades.
4. Defender os direitos das crianças e dos adolescentes (OLIVEIRA, 2004, p. 73).

A partir desses objetivos e missões podemos perceber que uma grande preocupação do “Movimento” era a possibilitar que os meninos em situação de rua criassem uma visão crítica e com que fossem capazes de se organizarem como um grupo autônomo, que luta pelos seus direitos.

A organização das crianças se daria em nível local e nacional. No nível local eram oferecidas atividades e discussões que as levassem a refletir sobre as suas próprias vidas e planejar ações. A nível nacional era promovido o Encontro Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que acontecia bianualmente na cidade de Brasília. Nesses encontros os jovens eram estimulados a participar das discussões, dos seminários, de plenárias, de reuniões de comitês e eventos sociais. Além, de liderar, executar tarefas, ajudar na organização, apresentar oficinas, avaliar, ter acesso a toda tomada de decisão.

Foram criadas as “Casas de Passagem”, dirigida por um coordenador (ex-jovem de rua treinado como educador) que morava na casa com sua esposa, um filho e cinco adolescentes. Nesta casa, que funcionava mais como um lar, os jovens oravam e tinham proteção, podendo sair para trabalhar e realizar outras atividades. Havia nestas casas saídas laterais e pelos fundos, além de outros cuidados, pois poderia haver jovens ameaçados de assassinato, acarretando cuidados de acordo com as necessidades de cada casa.

Uma característica do Movimento foi a criação do Centro de Formação em Educação Social de Rua. Este passou a ser referencia na formação e capacitação de educadores sociais de rua, tendo este sido responsável pela formação direta ou indireta dos educadores.

3.3 “Profissionalização da ESR”

Nesta etapa aparece a influencia do governo na Educação Social de Rua, com a criação da Secretaria do Menor, no Estado de São Paulo, em 1987. O surgimento desta Secretaria apesar de ser esperada, cria opiniões contraditórias entre os educadores, alguns

achavam que seria uma ação positiva, enquanto outros consideravam que poderia atrapalhar nas intervenções já existentes.

A Secretaria do Menor estava vinculada a uma estratégia política, pois se tirassem as crianças e adolescentes da rua causariam uma boa impressão, esta ação funcionava de maneira menos politizada e crítica, pois ao ser oriunda de ações governamentais não tinha interesse em modificar efetivamente a situação dos meninos e meninas de rua. O seu principal objetivo não era a transformação social, mas a reinserção do jovem na sociedade, através da família ou do emprego.

Ela modificou e institucionalizou as metodologias propostas pelos educadores “pioneiros”, e introduziu uma orientação profissional na ESR. Divulgou que a Pedagogia Social de Rua havia sido criada por ela, os educadores “profissionais” da Secretaria acreditavam que estavam participando de uma ação efetiva para meninos(as) de rua.

Seus objetivos eram:

- Preparação profissional e treinamento – A Secretaria foi referenciada pelo UNICEF como centro mundial de educação de rua. Educadores de Rua de todo o país e de todo o mundo passaram a ser treinados pela Secretaria (competindo com o modelo do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, baseado em outros princípios).
- Concentração em crianças necessitadas – A Secretaria priorizou programas preventivos para crianças de famílias de baixa renda que ainda tinham vínculos familiares. Para participar, essas crianças tinham de passar metade do seu tempo na escola e metade no programa determinado.
- Concentração em meninos de rua – Estes foram declarados a principal preocupação da Secretaria do Menor, que adotou a divisão conceitual entre crianças ‘de’ rua e ‘na’ rua.
- Violência contra crianças – Diversos programas abordando a questão da violência (OLIVIERA, 2004, p. 117).

Os programas para meninos em situação de rua eram: Casas Abertas, Clubes da Turma e Casa Renascer. Nas Casas Abertas as crianças tinham acesso a higiene básica, alimentação e a serviços básicos de saúde, onde os educadores as ajudavam a ter noções de comportamento social. Depois de um tempo nestas casas, a criança era convidada para o

próximo nível, os Clubes da Turma, em que além dos cuidados da casa anterior, eram desenvolvidos, principalmente, atividades educacionais, de lazer, esportes e artes. A Casa Renascer, era para crianças de 7 a 14 anos que fossem drogados, onde eram socializados e recebiam tratamento de desintoxicação.

Havia também os programas Casa de Passagem, servia de moradia para jovens de 14 a 18 anos que já tivessem trabalhando e não podiam voltar para casa. E SOS Criança, uma linha telefônica 24 horas contra abuso e abrigo temporário.

Os educadores eram diferenciados em dois tipos: os Educadores Sociais de Rua, que agiam nas ruas tentando convencer as crianças a fazerem parte dos projetos da Secretaria; e os educadores simples, eram aqueles que trabalhavam em algum desses projetos.

Eles tinham oito tarefas básicas:

1. Observar as dinâmicas da rua: descobrir onde e quando os meninos de rua se reúnem, com o objetivo de obter dados sobre seus movimentos pela região em avaliação.
2. Avaliar os recursos do bairro, aumentar consciência da comunidade e contatar as estações de polícia através do SOS Criança quando necessário.
3. Abordar os meninos e meninas e estabelecer uma relação, assim como desenvolver atividades educacionais e de lazer dentro de um espaço fixo ou em locais itinerantes.
4. Encorajar as crianças a recuperar suas histórias de vida, prestando atenção em suas histórias, respeitando seu código de ética e seu direito de ir e vir ou ficar, quando quiserem.
5. Discutir as regras da Casa Aberta com os jovens; tomar parte em suas atividades enquanto se banham ou lavam roupas; amenizar conflitos nos quais eles podem se envolver.
6. Fornecer direcionamento específico para os serviços disponíveis, inclusive orientação e acompanhamento para:
 - as famílias;
 - programas da Secretaria do Menor;
 - trabalho;
 - saídas públicas nos níveis federal, estadual e municipal: documentação, serviços de saúde, escolas, ação social, serviços legais e assim por diante.
7. Participar de reuniões, seminários e cursos de treinamento no serviço.
8. Documentar seu trabalho através de relatórios periódicos (Secretaria do Menor apud OLIVIERA, 2004, p. 120).

A partir dessas tarefas, podemos perceber a falta de visão político-social presente nessa fase, mudando o foco para ações de caráter psicológico e não vendo as relações de opressão como observamos no surgimento dessa concepção metodológica, com Paulo Freire e a Teologia da Libertação.

A Secretaria evitava o contato dos seus educadores com os demais, restringindo as trocas de experiências. Tal atividade levou uma espécie de processo de alienação dos educadores da Secretaria, pois eram vistos como profissionais interessados em manter o *status quo*. Assim, a rica experiência das duas primeiras fases não foi incorporada a terceira fase da Educação Social de Rua.

4 A METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

Podemos apontar a Pedagogia Social de Rua como uma prática da Educação Popular pois lidam com o oprimido e a situação de risco na qual as crianças e adolescentes estão imersos. No entanto, há diferenças na atuação dessas práticas educativas, podemos perceber que existem distinções relevantes entre meninos em situação de risco social e meninos em situação de rua.

Como a Educação Popular, a metodologia utilizada pelos educadores de rua tem grande influência de Paulo Freire. E a partir de práticas educativas, busca-se reverter a situação de opressão e dominação dessas crianças. Essas concepções consideram:

[...] a educação como produção e construção do conhecimento, a luta por uma educação emancipadora, a defesa de uma educação como prática de liberdade e como pré-condição da vida democrática, pela relação dialógica, critério e parâmetro do descobrimento da razão de ser das coisas, e de um planejamento comunitário e participativo [...] (GRACIANI, 2005, p. 49).

Podemos constatar que:

É, pois, fundamental, no trabalho popular, informar, estimular e orientar o descobrimento do educando, sujeito a se apropriar dos conhecimentos, tanto no seu aspecto específico e local (por exemplo, levar as crianças e adolescentes a criarem um novo projeto de vida) quanto no âmbito mais geral e global (por exemplo, levá-los a perceber como as políticas públicas básicas têm-se preocupado ou não com as crianças e adolescentes de rua). Ao mesmo tempo, deve-se leva-los a se apropriar dos conhecimentos relativos a seu corpo, à saúde individual e ambiental, preventiva e curativa, ao estilo de vida que levam, ao trabalho de cada um, a um universo psicológico, intuitivo, perceptivo, além dos conhecimentos relativos à sua cultura, linguagem, ludicidade e luta. É mediante essa aprendizagem prático-teórica que o Educador de Rua irá estimular os meninos(as) de rua a expandirem sempre mais suas faculdades de conhecimento, de percepção, de descobrimento da totalidade do real e de si mesmos, ganhando espaço e emancipação (GRACIANI, 2005, p. 81-82).

A Pedagogia Social de Rua, assim como a Educação Popular, busca a prática de uma “educação libertadora”, de modo que o oprimido alcance a sua emancipação. Elas defendem os seguintes princípios básicos:

- possuir uma visão crítica e consciente das causas geradoras do processo de exclusão das crianças e adolescentes: pauperização, da marginalização e da injustiça social;
- desenvolver ações conjuntas com participações de todos os envolvidos no processo educativo, quebrando as relações de poder hierárquico entre educador/educando; [...]
- valorizar e democratizar a cultura e socializar o saber popular, discutindo e sistematizando-o a partir das formas de expressão e comunicação das camadas populares;
- acreditar que a construção do conhecimento gestado e elaborado pelo conjunto de participantes não somente é um processo de aprendizagem para educando e educador, mas também da sociedade no seu conjunto;
- revigorar o estado de ânimo dos educadores, [...], com formação e capacitação permanente por processos de ação/reflexão/ação crítica do processo educativo (GRACIANI, 2005, p. 234-235).

O Educador Social de Rua deve ter uma postura política transformadora e tomar cuidado em não “educar para rua (para que a criança se mantenha na mesma situação)” nem “educar para a sociedade (para ‘recuperar’ o ‘menor’ e inseri-lo, ‘bonzinho’ e obediente, na sociedade)”, mas sim “educar na rua a partir da vivência na rua, garantindo o espaço de participação crítica da criança, para que ela participe da sociedade, lutando pelos anseios e interesses de sua classe social” (GRACIANI, 2005, p. 223).

A metodologia da Educação Social de Rua é desenvolvida a partir da práxis, assim a teoria é feita através da prática. O trabalho do Educador baseia-se na “ação-reflexão-ação”, por isso é necessário conhecer o grupo em que você está para poder realizar atividades mais específicas.

Os Educadores de Rua não fazem abordagens sozinhos, indo pelo menos em dupla, eles realizam atividade que levem a problematização, devendo ser comprometidos

politicamente com a causa, e não só problematizando questões para os educandos, mas também para si próprio.

Graciani (2005) ao falar de práticas educativas, nos diz que:

- o Educador Social de Rua precise “desterritorializar-se” e partir para o encontro com os educandos e com eles elaborar o novo projeto educativo do cotidiano da aprendizagem, em que ambos são protagonistas e atores sociais fundamentais;
- o Educador, antes de falar, precise “ouvir”. Transcendendo a fala, deve captar o mundo simbólico (signos, códigos), gestual (comunicação não-verbal) e mágico-lúdico do mundo infanto-juvenil, pois o ato ouvir o “semblante”, os sentimentos de nossas crianças violentadas é um ato de profunda ternura e vigor pedagógico;
- o Educador Social de Rua precisa ter “consciência” do momento de cada criança e de cada adolescente que vive o mistério e a plenitude de seus dramas e sonhos introspectivos e a cadenciada energia dinâmica implícita na sua corporeidade e saber respeitar o momento de sua individualidade metamorfoseada florescente;
- jamais os Educadores Sociais de Rua poderão romper o “espaço vital” de seus educandos, violentar sua privacidade íntima, seus momentos únicos e singulares. A “paciência histórica” do educador proporcionar-lhe-á o momento oportuno do “estalo pedagógico” e as condições férteis da aprendizagem irão paulatinamente se constituindo;
- a identificação por parte do educador do que o educando “sabe” (a partir de sua experiência vivida) implementará sua prática educativa no que se refere à ampliação e sistematização do conhecimento universal;
- a base da interação pedagógica entre educador/educando seja uma relação dialógica, pois o direito de falar e escutar é que circunstância a reciprocidade a relação e o relacionamento entre ambos, num processo de comunicação;
- a ação educativa pressuponha a permanência de uma análise da ação/reflexão e ação para rever, redimensionar, reler e refazer o caminho da ação;
- a ação educativa propicie condições para que as crianças e os adolescentes de e na rua descubram, construam e reconstruam conhecimentos, com autonomia e independência, a partir da problematização de eixos tematizadores próprios de cada instante ou fase da vida em desenvolvimento;
- é preciso ter clareza que o processo educativo não é linear, mas cheio de conflitos e contradições e, por isso, o educador precisa estar imbricado e envolvido com a Pedagogia Social de Rua no que se refere a uma visão heurística, holística, totalizadora e integradora (p. 235, 236, 237).

O objetivo pedagógico deve ser o de estimular a conscientização e a reflexão crítica sobre a sociedade, às crianças e adolescentes em situação de rua. Então é o

educador de rua que enquanto pessoa se solidariza e se compromete com as crianças a estar com elas na rua, propondo-se a retomada de sua humanização, resgatando sua força organizacional enquanto categorias marginalizadas e exploradas.

A luta do educador é caminhar com o menor no sentido de ajudá-lo a tornar-se efetivo, integrante e transformador, através de uma convivência participativa e questionadora (FREIRE, 1989, p. 8).

As atividades educativas podem ser realizadas através de discussões, de teatro, de música, estando, em sua maioria, relacionadas a alguma atividade lúdica. Esses recursos ao serem aplicados têm sempre o intuito de refletir sobre a situação do grupo. No entanto, a proposta irá sempre problematizar as situações e incentivar a luta pela liberdade.

A educação problematizadora criticiza, “servindo à libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade, responde à sua vocação, como seres que não podem autenticar-se fora da busca e da transformação criadora” (FREIRE, 2008, p. 83).

Podemos perceber na Educação Social de Rua três marcos teóricos importantes: a Educação em Meio Aberto, a Pedagogia do Trabalho e a Pedagogia da Presença, como veremos a seguir.

4.1 Educação em Meio Aberto

Um grupo de monitores da FEBEM, em 1985, após fazer uma campanha de roupas e cobertores para crianças em situação de rua, na cidade de São Paulo, criaram o Projeto Criança de Rua (PCR). Este funcionava num prédio abandonado da FEBEM, onde se instituiu um abrigo não-governamental inovador, onde as crianças tinham direito de entrar e sair a hora que desejassem.

O Projeto Criança de Rua funcionava como uma casa para que as crianças se abrigassem, abrindo a noite para o ingresso delas, estas crianças deveriam permanecer somente até as sete horas da manhã. Depois, houve reformulações e as crianças podiam ficar durante todo o dia, havendo atividades, como: recreação, artes e educação profissionalizante, além de assistência médica e de enfermagem, realizados por voluntários.

Essa metodologia já era praticada por Freinet no início do século XX e era associada à Pedagogia pelo Trabalho. No entanto, no Brasil essa experiência resultou numa renovação, uma reinvenção.

Na Educação em Meio Aberto, as atividades pedagógicas são institucionalizadas, acontecem em espaços abertos, como pátios. Assim, os encontros pedagógicos com as crianças em situação de rua tornavam-se produtivos, e como era uma abordagem diferente do ambiente de sala de aula, exigia criatividade do educador.

4.2 Pedagogia do Trabalho

A Pedagogia do Trabalho fundamenta-se na obra de Celéstin Freinet, pois

uma preocupação constante nessa pedagogia é com as potencialidades do indivíduo, que são impedidas de se desenvolverem diante de um trabalho alienado. Daí, por consequência, a pedagogia do trabalho visa conscientizar o indivíduo em suas relações históricas, materiais e sociais (MENEZES; SANTOS, 2002, p. 1)⁸.

⁸ <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=242>

Esta Pedagogia é aplicada pela Oficina, uma escola informal, a meninos em situação de rua, visando trabalhar com a perspectiva de educação vocacional. As Escolas-oficina se localizavam em centros urbanos, sendo acessível aos educandos.

Nas Escolas-oficinas havia uma liberdade que tornava possível o trabalho experimental, a profissionalização e especialização. Esta metodologia, como as demais, tinha como objetivo algo além da profissionalização, diferente da maioria das instituições que oferecem atividades profissionalizantes, porque a perspectiva era levar esse jovem a refletir sobre o processo do trabalho construído por eles.

4.3 Pedagogia da Presença

A Pedagogia da Presença é uma metodologia que se iniciou com os primeiros educadores sociais de rua, os agentes pastorais. Era relacionada a presença Divina no meio de todas as pessoas.

A partir desta metodologia, começa as ações educativas com meninos em situação de rua, ela é a mais utilizada pelos Educadores Sociais de Rua. Possui como característica as relações individuais e coletivas de afeto. Podemos perceber estes aspectos e sua importância no trecho da fala de Gomes da Costa:

A palavra “presença”, infreqüente no domínio da pedagogia, conceitua uma realidade. Depois de aprender sobre o passado e as condições de muitos adolescentes em circunstâncias difíceis, é possível afirmar que a maioria não tem acesso a afeto estável e leal, quer dizer, não tem acesso aos benefícios da presença. É muito distante de suas experiências pensar que suas vidas são valorizadas por alguém, que sua existência pode fazer alguém feliz (COSTA apud OLIVEIRA, 2004, p. 101).

Esta metodologia acontece, sequencialmente, por três estágios: o namoro, a construção da confiança e a consolidação do vínculo. O “namoro” ou “paquera” pedagógica se dá através de abordagens com o intuito de conhecer, conversar, engraxar um sapato, comprar uma bala, etc., não tendo “nenhum interesse” específico. A partir desse “namoro”, o educador e o educando se conhecem, e há uma abertura na relação destes, passando assim para o próximo estágio, o de construção de confiança.

Neste estágio há inclusão de técnicas, como o desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas. A relação de confiança entre educador e educando se dá a partir da reciprocidade, o Princípio da Reciprocidade, em que as “duas presenças”, a do educando e do educador, são mutuamente importantes.

A presença física do educador em dias e horários específicos, regulares, são necessários para que a criança e o adolescente comecem uma relação de confiança. Ao saber que podem contar com ele, o educando se vê em uma relação diferente das experimentadas na rua, passa a ter confiança e criar vínculos.

Ao consolidar o vínculo, no terceiro estágio, passa-se a ter um relacionamento mais significativo. Dependendo da qualidade do vínculo, o Educador Social de Rua consegue uma abertura com todo o grupo para poder realizar seu trabalho, através de práticas educativas. Promove atividades que levam os educandos a uma possível “reconciliação com ele mesmo e com os outros” e a “uma socialização que permita uma vida mais digna e mais humanizada” (OLIVEIRA, 2004, p. 102).

Assim, o Educador de Rua ao ir para rua, pretende:

conquistar a criança e o adolescente para o projeto político-pedagógico. Ir à rua implica empenhar-se realmente na busca de alternativas de atendimento à realidade dos meninos e meninas de rua. É buscar interpretar a realidade do menino, de forma crítica e autêntica, disposto à troca de valores e, a partir daí, buscar construir alternativas em conjunto (GRACIANI, 2005, p. 222).

Podemos destacar a Pedagogia da Presença como a mais usada e a mais importante no relacionamento educador-educando, de modo que por meio da confiança conquistada o educador pode discutir assuntos que não seriam possíveis sem esta, este tipo de metodologia é imprescindível principalmente com meninos em situação de rua. Com essa metodologia podemos levar essas crianças e adolescentes a uma reflexão sobre suas vidas, seu cotidiano, seus direitos e deveres.

Mas todas as metodologias têm que estar relacionadas a postura política consciente do educador. Pois, apesar das metodologias, o educador deve estar preparado para agir com agilidade da rua, levando em consideração os fatos e acontecimentos inesperados que acontecem a cada dia com esses meninos e meninas, podendo estes modificar todo um planejamento, uma atitude.

A relação com o educador é um vínculo muito importante no cotidiano da criança e do adolescente em situação de rua. Assim, a partir do próximo capítulo poderemos conhecer um pouco sobre essas experiências de abordagem e seu reflexo no cotidiano dos meninos e meninas conhecidos.

5 UMA EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

Neste capítulo iremos falar sobre uma experiência baseada na pesquisa de campo realizada junto aos Educadores Sociais de Rua das Organizações Não-Governamentais “Se essa rua fosse minha” e “São Martinho”, que trabalham em parceria. Essas ONGs se encontram na cidade do Rio de Janeiro, RJ, sendo suas sedes em Laranjeiras, bairro da zona sul, e na Lapa, no centro da cidade, respectivamente.

O contato inicial foi feito com a ONG “Se essa rua fosse minha”, cujo projeto localizei numa busca na internet. Assim, após um primeiro contato fui à sede e, ao mostrar meu interesse em pesquisar as ações dos educadores, me colocaram em contato com o educador Fábio, com a ajuda dele consegui iniciar essa pesquisa participando diretamente nas abordagens realizadas nas ruas.

Ambas as instituições tem um programa direcionado para o atendimento de crianças e adolescentes de até 18 anos, em situação de rua, participei do programa que lida com eles. O projeto focaliza a faixa etária adolescente, mas inclui em suas discussões e vivências nas ruas, meninos e meninas que não estão incluídos nessa faixa etária. A maioria desses adolescentes foram assistidos por este projeto e com o passar do tempo passaram da idade oficial de atendimento.

Os educadores dessas instituições não possuem uma formação uniforme, constatamos a presença de assistentes sociais, enfermeira, sem ensino superior, entre outros. Eles, pelo que pude perceber, estão há muito tempo trabalhando com Educação Social de Rua. A questão de gênero entre os educadores é equitativa, pois há a mesma quantidade do sexo feminino e do sexo masculino, diferente das crianças em situação de rua que em sua maioria é masculina.

A ida ao campo era realizada, freqüentemente, em dois dias, às terças-feiras e as quintas-feiras, nos turnos da tarde, e posteriormente algumas no turno da manhã. Esta poderia não acontecer por diferentes motivos, às vezes havia outra atividade com os educadores.

No primeiro dia marcado para ir a campo, encontrei com o Fábio, mas não houve abordagem, pois havia acontecido um recolhimento. O recolhimento é uma ação da prefeitura que visa tirar os meninos da rua, realizada principalmente com a polícia e a comlurb. Para a sociedade esta ação parece ter a intenção de levar as crianças para abrigos, mas não é necessariamente isso que acontece.

Como relatado pelo educador, podemos perceber que este é um meio de tirar os meninos da rua, levar a polícia e verificar a ficha deles. Como a maioria já tem passagem pela polícia, eles são encaminhados para as instituições sócio-educativas (DEGASE), que agem como prisões infantis. Então, os meninos se escondem em lugares que até os educadores desconhecem, para não serem levados, com isso não é possível a realização de abordagens.

Os acontecimentos da rua fazem com que as abordagens possam ser modificadas. A rua é imprevisível e muito dinâmica. Alguns acontecimentos podem “pedir” abordagens imediatas e direcionadas, como podemos perceber no caso a seguir.

Os educadores realizaram uma abordagem conjunta, em que todos eles foram a um mesmo local. Esta aconteceu devido a morte de uma menina grávida de 15 anos e de um menino, que moravam em baixo de um viaduto na Cidade Nova. Esta morte foi decorrente de uma situação não bem explicada pelos meninos que ali moravam, pois apesar da confiança depositada nos educadores não falaram de forma aberta sobre o motivo do acontecido. O fato divulgado pelos jornais, foi que um menino do próprio grupo havia colocado fogo nos demais enquanto dormiam, a menina morreu queimada na hora e um outro menino ficou com o corpo queimado e acabou morrendo no hospital, no dia seguinte.

Essa grave situação fez com que, a pedido dos meninos que moravam no local, acontecesse essa abordagem. Na abordagem houve formas diferenciadas de se trabalhar com o grupo. Iniciou-se com exercícios de Teatro do Oprimido⁹, em que cada um ao se apresentar falava seu nome e fazia um movimento, com isso todos se conheciam e descontraíam, deixando a timidez e vergonha de lado.

Depois de um momento lúdico com os exercícios teatrais, os educadores fizeram uma atividade utilizando espelho, onde cada criança deveria se olhar no espelho e analisar se a mesma imagem vista no espelho da rua era a vista no espelho de casa. E após essa atividade iniciou-se uma reflexão sobre a vivência na rua, a volta para casa e as condições vividas por eles.

Ainda nesta discussão, se falou sobre o acontecido com a menina, o valor da vida deles, o menosprezo pela vida muito presente no seu dia-a-dia, devido a tantas mortes que acabam sendo banalizadas pelo grupo, a diferença causada com a morte de um menino em situação de rua e um de classe média-alta para a sociedade, e para eles mesmos. Houve uma reflexão e participação de muitos meninos e meninas presentes ali, sendo a maioria das falas feita pelos meninos, de modo que puderam expor seus pontos de vista e análises.

A partir do que foi refletido, houve um momento em que cantaram músicas com o auxílio de um educador que tocava violão. As letras dessas músicas faziam referência a vivência das crianças e adolescentes, foram cantadas músicas do Rappa, como “Minha Alma”, e outras músicas que refletissem a realidade vivida por eles. Uma das músicas, “Aonde você pensa que vai”, feita especialmente para elas pelo educador George da Paixão, da ONG “São Martinho”, em que diz:

É crack, é tiner } É cola, é pó }	2x	}	2x
--------------------------------------	----	---	----

⁹ Teatro do Oprimido, técnica teatral de Augusto Boal em que o interage com o público, sendo todos "espectadores". Inspirado em Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire.

E ainda atrás do cheirinho da loló

Saiu de casa
Mora na rua
Perdeu a escola
Qual é a sua?

Pintou sujeira
Na sua cama
Ninguém te olha, ninguém
Ninguém te ama

Aonde você pensa que vai? } 2x
Aonde você pensa que não vai? }

Todas as músicas eram conhecidas e/ou do gosto das crianças presentes, além destas estarem intimamente ligadas a sua realidade. Este momento foi seguido de uma proposta de avaliação em que eles poderiam desenhar ou escrever em folhas sobre o refletido expressando a sua forma de ver o mundo. Logo após esta ação foi servido um lanche, biscoito e suco, levado pelos educadores.

A maioria das abordagens que participei foram realizadas na Rodoviária. As ações junto aos educadores, a maioria das vezes, eram frustrantes, pois ao chegarmos ao local encontrávamos um numero reduzido de meninos, ou como pude verificar em outros lugares como o Maracanã, e a Praça Saens Peña, que não conseguimos encontrá-los por diferentes motivos.

Na ida no Maracanã, não conseguimos encontrar os meninos, pois estavam num restaurante popular almoçando e ainda não haviam chegado ao lugar de encontro. As educadoras ficaram a sua espera, no entanto nos retiramos do local devido a um desentendimento entre os meninos e a comunidade local. Pelo que foi constado eles realizaram um roubo em uma das casas e o dono da casa estava a procura deles querendo se vingar.

Na Praça Saens Peña encontramos alguns meninos, porém não no local onde combinamos fazer as atividades, os encontramos o local onde eles dormem, na porta de um

banco. Os educadores tiveram uma pequena conversa com eles e combinaram esperar até a hora marcada para as atividades.

Na Rodoviária constatamos que a razão de não encontrarmos as crianças e adolescentes de rua, era porque eles estavam indo para favelas da proximidade para fazer uso de crack. Um dos meninos revelou que eles iam para favela usar crack, quando acabava o dinheiro eles voltavam para pegar mais dinheiro e comer, pois ao terminar de usar o crack se tem fome e voltam novamente para lá, num processo contínuo.

As drogas são muito presentes em seu cotidiano, falam do seu uso claramente. Utilizam também o tiner, que é um tipo de solvente usado em tinta, usam o tiner livremente, na nossa presença, pois este não é proibido como outras drogas, sendo a droga mais usada pelos meninos e meninas em situação de rua.

Nessas abordagens, onde havia a presença de poucos meninos se tentava realizar uma conversa mais pessoal com cada um, e buscava descobrir onde estavam os meninos que antes se encontravam ali. Havia, assim, após uma curta conversa a entrega do lanche, às vezes apareciam mais crianças e adolescentes, mas percebíamos que a tentativa de uma conversa mais profunda não era possível, devido a grande dispersão e falta de concentração do grupo.

Na Rodoviária podíamos ver alguns desses adolescentes no sinal, pedindo esmola ou limpando o vidro dos carros para conseguir dinheiro, ou engraxando o sapato das pessoas que passavam. Os educadores tentavam, neste momento, sentar para discutir sobre uma parte do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), refletindo sobre seus direitos e deveres, mas eles se dispersavam facilmente, alguns saiam de perto e outros atrapalhavam a atividade, outros cobravam a participação dos meninos dispersos, estas ações às vezes melhoravam o nível da discussão, mas às vezes a proposta da ação não conseguia ser realizada.

Nas conversas mais individualizadas podia-se perceber um melhor aproveitamento, principalmente quando era sobre alguma coisa pessoal do adolescente e se

tentava levá-lo a reflexão de sua vida e de seus atos. Esta busca por conhecer a subjetividade do adolescente levava a reflexão sobre sua situação e suas possibilidades.

As ações em que não se encontrava muitos meninos, e o lanche era distribuído logo, podia-se perceber que alguns estavam mais interessados em comer e não faziam questão ou não conseguiam participar das atividades, se dispersavam muito rapidamente.

Os educadores buscavam marcar um local e horário, nos dias da abordagem, para que possam realizar as atividades, como: jogar bola, cantar músicas e tocar violão, atividades que são solicitadas pelos meninos, mas apesar de ser a realização do desejo destes meninos, no dia da atividade, aparecem outros meninos que muitas vezes, impossibilitam a realização das atividades.

Na abordagem realizada em Botafogo, os educadores tiveram que agir como pacificadores devido a brigas e confusões que aconteceram no momento, eles, então, propuseram um jogo de futebol e distribuíram um lanche. Com isso pode-se acalmar o grupo, criando certa estabilidade, o que possibilitou conversas mais individualizadas com alguns adolescentes que não participavam do futebol. Podemos perceber que poucos jogaram futebol e todos eram do sexo masculino.

Além das abordagens na rua, as ONGs realizam um Fórum com atividades dentro de uma das instituições uma vez ao mês, quando são convidadas as crianças e adolescentes em situação de rua atendidas pelos programas que trabalham com Educação Social de Rua pelas ONGs pertencentes à Rede Rio Criança. Nesse Fórum, após um almoço, havia três oficinas: de música e capoeira, de artes e de teatro.

Na oficina de capoeira, ensinava-se capoeira para as que não sabiam e jogavam capoeira cantando músicas típicas já conhecidas por eles. Esta oficina era a mais procurada

Nas artes plásticas foi feito uma faixa com desenhos, utilizando tinta guache. Já a oficina de teatro, ao utilizar técnicas do Teatro do Oprimido realizou uns exercícios e fez uma

tentativa de formar imagens a partir da idéia do que seria o ECA, no entanto esta atividade foi prejudicada em sua realização, porque alguns meninos ficaram correndo no espaço com as mãos sujas de tinta, pintando uns aos outros.

As atividades terminaram antes do tempo previsto, porque houve o furto de uma filmadora que pertencia à Rede Rio Criança, houve uma tentativa de conversa para se saber o paradeiro da filmadora e pediu-se a devolução desta. Os educadores resolveram, apesar do acontecimento desagradável, dar continuidade as atividades expuseram a faixa feita pela oficina de artes e a oficina de capoeira realizou uma apresentação.

Antes de terminar o Fórum houve uma “festinha”, em que foi tocada músicas para divertimento e descontração deles. Foram tocados principalmente funk, e pagode, a pedido das crianças. Tocou-se, também, músicas típicas de Festa Junina, houve uma quadrilha improvisada com a participação dos meninos e meninas em situação de rua e dos educadores.

Também tive a oportunidade de ir com os educadores a um seminário sobre a redução da maioridade penal, chamado “A redução da maioridade penal vai resolver os problemas da violência?”, no prédio da OAB, onde foi passado um vídeo e teve palestras que tratavam desse tema, na mesa-redonda estavam presentes políticos, advogados e pesquisadores, todos em defesa da não redução da maioridade penal.

Deste seminário participaram pessoas que trabalham com a questão da criança e do adolescente em situação de risco. Pude perceber, no seminário, o grande engajamento político dos educadores sociais de rua.

Esta pesquisa de campo se deu através da observação participativa, de modo que pude ter contato direto com as crianças e adolescentes em situação de rua. Ao participar das conversas pude perceber o acentuado uso de droga, a questão da violência familiar e a gravidez de meninas em situação de rua. Ao contrário do imaginado, a questão da prostituição foi pouco vista, com dois casos relatados pelos educadores. Outra questão que detectei foi o

homossexualismo masculino, que se apresenta de maneira explícita entre eles. Esta pesquisa me possibilitou entender de modo mais claro as questões que levam meninos e meninas a permanecer na rua.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a Educação Social de Rua é uma atividade educativa, reflexiva e social junto às crianças e adolescentes em situação de rua. Existe, nesta ação, um grau de confiança entre educando e educador, maiores do que em outras relações educativas.

A partir da confiança conquistada na época do namoro pedagógico, é possível uma conversa aberta sobre a questão da prostituição e das drogas, como pude presenciar nas abordagens, onde estive presente. Através do grau de intimidade e carinho os educadores passam a ser respeitados.

Na pesquisa de campo feita podemos perceber o conhecimento da história da Educação Social de Rua pelos educadores, constatamos que muitos deles participaram desse movimento há muitos anos. No entanto, eles não fazem o uso do termo Educação Social de Rua nem Pedagogia Social de Rua, usam o nome do projeto em que trabalham ou Educação para crianças e adolescentes em situação de risco. Eles se consideram educadores sociais, tanto que esta expressão está escrita no verso da blusa utilizada pelos educadores da “São Martinho”.

Se formos associar o trabalho educativo desses educadores com as fases anteriormente citadas, poderíamos localizá-los na fase “Politização Secular”. Porque percebemos um trabalho de conscientização política junto aos meninos. Porém, como estamos em um outro contexto histórico, este trabalho tem características próprias desse. Um dos exemplos de politização dos educadores foi a participação de alguns deles no seminário de discussão sobre a redução da maioridade penal.

Com relação as metodologias das abordagens, utilizam as três metodologias citadas anteriormente. A Pedagogia da Presença é utilizada nas ações, que realizam nos dois

dias da semana no mesmo local e horário. A Pedagogia em Meio Aberto também é utilizada, pois as abordagens acontecem na rua, na região onde os meninos se encontram e relacionam.

A Pedagogia do Trabalho é menos utilizada, mas há tentativas de levar esses meninos a realizarem atividades profissionais, abrindo caminhos para o trabalho informal. A ONG “Se essa rua fosse minha” tem atividades circenses, este pode ser um caminho profissional a ser seguido pelos meninos.

A teoria utilizada pelos educadores é oriunda de Paulo Freire. A ONG “Se essa rua fosse minha”, o Circo Social e a relação com as artes, o uso do Teatro do Oprimido são formas de discussão e reflexão, muito próximas da teoria de Paulo Freire.

A problematização proposta por Paulo Freire é muito utilizada nas abordagens, com o intuito de levar os meninos a pensar na sua vida, no viver na rua, nas drogas, e a pensar e procurar novos caminhos, podem ir para um abrigo, voltar para casa ou tomar outro rumo. Estes educadores buscam levar os meninos a se “movimentarem”, como nos diz Fábio, um educador social, esses meninos e meninas de acordo com a sua subjetividade, precisam estabelecer metas.

Um tema muito presente no cotidiano deles é as drogas, a maioria está envolvida com elas. O grande uso de droga, em especial o crack, pois provoca danos e cria a dependência, atrapalha a ação dos educadores, pois os meninos ficam dispersos, como no relato sobre os meninos atendidos na Rodoviária. O tiner é a droga mais vista nas ruas, pode ser usada em qualquer lugar sem proibição, é usada constantemente pelos meninos e meninas. Alguns a usam até durante as abordagens, enquanto outros não a usam e repreendem os que usam na nossa frente.

O respeito e a afeição dos educandos com os educadores estabelece uma importante relação de afeto, no cotidiano desses meninos e meninas. Essa faz com que os educadores tenham a intimidade de “brigar” com eles, numa conversa mais dura, ou até

afastar uma garrafa com tiner do nariz deles, do jeito que só um amigo íntimo faria com o outro.

Pudemos constatar a felicidade quando se joga uma bola ou se canta uma música. Apesar de sua vivência nas ruas, eles são crianças, que gostam de brincar, de carinho, das coisas simples que não têm acesso.

Outro aspecto que os educadores sociais têm enfrentado é a questão da sexualidade muito explícita no cotidiano dessas crianças e adolescentes, o que acarreta gravidez precoce, meninas de quatorze anos já estão grávidas e nem sempre é do primeiro filho.

Algumas levam os filhos para familiares cuidar, enquanto outras vivem com seus pais na rua, e também sabemos de casais que saem da rua ao ver a menina grávida. O filho passa a ser um motivo para buscar sair da rua.

O educador social de rua busca com seu afeto, carinho e trabalho fazer com que essas crianças e adolescentes reflitam sobre suas vidas, para onde as drogas e outras situações o podem levar. Fazem com que eles enxerguem um futuro sem ser a morte, a pensar em planos de mudança, respeitando a história de cada um.

A Educação Social de Rua é uma educação em que privilegia o conhecimento político, social e cultural. Refletem para a transformação, de modo que meninos e meninas não se acomodem a situação de opressão que lutem pela libertação, das drogas, e vivam na sociedade de maneira consciente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paola Biasoli et al. Atividades cotidianas de crianças em situação de rua. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 18, n. 3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722002000300010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2007.

BOFF, Leonardo. *Confirmada a Teologia da Libertação*. 2001. Disponível em: <<http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2008.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Secretaria Especial de Direitos Humanos; Ministério da Educação, Assessoria de Comunicação Social. Brasília: MEC, ACS, 2005.

CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; SUDBRACK, Maria Fátima Olivier. Estudo sociométrico de uma instituição alternativa para crianças e adolescentes em situação de rua: construindo uma proposta pedagógica. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722004000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2007.

CUNHA, Renata Barrichelo; PRADO, Guilherme do Val Toledo. Sobre Pesquisa: Um exercício e alguns ensaios. In: CUNHA, Renata Barrichelo; PRADO, Guilherme do Val Toledo (Orgs). *Percursos de autoria: exercícios de pesquisa*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007. cap. 1, p.15-45.

FERREIRA, Tânia. Os meninos e a rua: o psicólogo e os impasses da assistência. *Psicol. cienc. prof.* [online]. mar. 2000, vol.20, no.1, p.2-17. Disponível em: <http://pepsic.bvpspsi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932000000100002&lng=es&nrm=iso>. ISSN 1414-9893. Acesso em: 04 dec. 2007.

FORJADO, Sinara Porto. Aproximação Histórica. In: FORJADO, Sinara Porto. *Retórica e Realidade dos Direitos da Criança no Brasil*. Orientador: Manuel Calvo García. 1999. Tese (Doutorado em Direitos humanos e liberdades fundamentais) - Universidade de Zaragoza, Zaragoza, 1999. cap. 1. Disponível em: <<http://www.rolim.com.br/Sinara03.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

FRANÇA, Júnia Lessa. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

FREIRE, Paulo. *Paulo Freire & educadores de rua. Uma abordagem crítica. Alternativas de atendimento aos meninos de rua*. Série Metodológica Programa regional Menores em circunstâncias Especialmente Difícies, n.1, Colômbia: UNICEF, 1989.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2005.

HUTZ, Claudio Simon; KOLLER, Silvia Helena. Questões sobre o desenvolvimento de crianças em situação de rua. *Estud. psicol. (Natal)*. Natal, v. 2, n. 1, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1997000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 out. 2007.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Pedagogia do trabalho" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=343>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

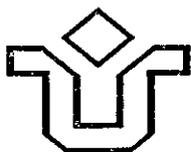
OLIVEIRA, Walter Ferreira de. *Educação social de rua: bases políticas e pedagógicas para uma educação popular*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

PREISWERK, Matthias. *Educação Popular e Teologia da Libertação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Auro de Jesus. *Metodologia científica*. São Paulo: Avercamp, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Rita de Cácia Oenning da. *O Sujeito na Infância: quando a visibilidade produz a exclusão*. [entre 2000 e 2008]. Disponível em: <<http://www.antropologia.com.br/tribo/infancia/SUJEIT~1.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
 Centro de Ciências Humanas e Sociais- CCH
 Escola de Educação - EE
 Departamento de Didática - DID

MONOGRAFIA II

ALUNO(A)/matrícula: JULIANA GOMES FERREIRA/20041351031

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO:

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA

ORIENTADOR(A): ANGELA MARIA SOUZA MARTINS

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

PRIMEIRO AVALIADOR

Professor convidado: MARIA HELENA VIANA SOUZA

Nota : 10,0

Considerações:

Operar da aluna não foi feito uma revisão final no texto, o fato não comprometeu o teor do mesmo, sendo assim, atribuo-lhe nota máxima pela coragem, ousadia e disposição em abordar um tema que deveria ser mais estudado pelos educadores.
Parabéns, Juliana!

DATA: Maria Helena Viana Souza

Assinatura: 21/07/08

SEGUNDO AVALIADOR

Professor orientador: ANGELA MARIA SOUZA MARTINSNota: 8,5

Considerações:

Juliana empreendeu um enorme esforço de pesquisa e sistematização sobre a Educação Social de Rua. O tema é árido em termos bibliográficos e exige uma reflexão mais densa no campo da educação. Pelo seu esforço, compõe-lhe esta nota oito e meio (8,5) Gully

Data: 16/07/2008Assinatura: Angela Maria Souza Martins

TERCEIRO AVALIADOR

Professor de Monografia II: Janaina S.S. MenezesNota: 9,0

Considerações:

O trabalho atendeu a maioria das exigências para a realização de um texto acadêmico.

Data: 31/Julho/2008Assinatura: Janaina

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Média final
10,0	8,5	9,0	9,1